

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.  
DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.30612/nty.v13i22.21087>

# DA LUTA POR ABORTO LEGAL A UMA ÉTICA DO RISCO: O ACOMPANHAMENTO FEMINISTA AO ABORTO NO CONTEXTO DAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS E DECOLONIAIS POR JUSTIÇA REPRODUTIVA

Mel Bleil Gallo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9924>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## DA LUTA POR ABORTO LEGAL A UMA ÉTICA DO RISCO: O ACOMPANHAMENTO FEMINISTA AO ABORTO NO CONTEXTO DAS LUTAS CONTEMPORÂNEAS E DECOLONIAIS POR JUSTIÇA REPRODUTIVA

MEL BLEIL GALLO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7507-2979>

[melbleilgallo@gmail.com](mailto:melbleilgallo@gmail.com)

Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, São Paulo (SP), Brasil

**RESUMO:** Neste trabalho, busco situar a emergência de um *dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto* no interior de uma situação estratégica complexa, em que múltiplas relações de poder se codificam para dar lugar ao atual conjunto de narrativas e políticas sobre sexualidade e reprodução. Inspirada na proposta foucaultiana de uma analítica do poder, busquei observar como o dispositivo do acompanhamento desentramata e desafia dispositivos de sexualidade, da maternidade, da racialidade e da colonialidade operados pelo biopoder, no contexto neoliberal. Para tanto, realizei uma etnografia multissituada junto a coletivas de acompanhantes de aborto na América Latina e Caribe, entre 2016 e 2021. Argumento que, ao posicionarem o acompanhamento ao aborto enquanto um ato político coletivo de ação direta, as acompanhantes feministas constroem alternativas de ativismo por justiça reprodutiva, para além das lutas pela legalização do aborto ou das políticas de redução de danos. As reflexões aqui apresentadas emergem de um conjunto de narrativas que se transformam e são vividas nas variadas experiências de resistência de acompanhantes de aborto, para quem abortar é um ato político e acompanhar, também.

**Palavras-chave:** aborto autogestionado, justiça reprodutiva, feminismo decolonial, biomedicalização, misoprostol

## FROM THE STRUGGLE FOR LEGAL ABORTION TO AN ETHICS OF RISK: FEMINIST ACCOMPANIMENT TO ABORTION IN THE CONTEXT OF CONTEMPORARY AND DECOLONIAL STRUGGLES FOR REPRODUCTIVE JUSTICE

**ABSTRACT:** In this paper, I seek to situate the emergence of a *dispositif of feminist accompaniment of abortion* within a complex strategic situation, in which multiple power relations are codified to give rise to the current set of narratives and policies on sexuality and reproduction. Inspired by the Foucauldian proposal of an analytics of power relations, I sought to observe some of the ways in which the *dispositif* of accompaniment unravels and challenges *dispositifs* of sexuality, maternity, raciality and coloniality operated by biopower in the neoliberal context. To do so, I carried out a multi-sited ethnography of abortion companions' collectives in Latin America and the Caribbean between 2016 and 2021. I argue that, by positioning abortion accompaniment as a collective political act of direct action, feminist companions build alternative forms of activism for reproductive justice, beyond the struggles for the legalization of abortion or harm reduction policies. The reflections hereby presented emerge from a set of narratives that are transformed and lived out in the varied experiences of resistance of abortion companions, for whom abortion is a political act and so is accompanying.

**Keywords:** self-managed abortion, reproductive justice, decolonial feminism, biomedicalization, misoprostol

## INTRODUÇÃO

Ano após ano, abortos inseguros causam a morte de pelo menos 47 mil mulheres e pessoas com útero pelo mundo, em razão de complicações médicas, que os colocam entre as cinco principais causas globais de mortalidade materna. Entre quem sobrevive, 5 milhões têm de lidar com sequelas físicas e mentais da violação de seus direitos sexuais e reprodutivos. Na avaliação da Organização Mundial da Saúde, esse cenário é resultado da imposição de barreiras jurídicas, morais, religiosas e econômicas que inviabilizam o acesso integral à saúde sexual e reprodutiva (OMS, 2013, p. 94).

Os tabus que envolvem o aborto promovem um silenciamento que se estendem às condições em que a interrupção voluntária da gravidez é acessada, sobretudo na clandestinidade. Uma vez que ignoramos a procedência e qualidade dos medicamentos abortivos em circulação, agravam-se os riscos à saúde das mulheres. Tampouco temos informação suficiente sobre a multiplicidade de caminhos percorridos até que se chegue a um aborto clandestino. Quer tais caminhos passem por médicos, farmacêuticos e profissionais de saúde em geral; pelos chamados “agentes do mercado de medicamentos de gênero” (DINIZ e CASTRO, 2011, p. 98); pelo suporte de organizações internacionais e suas políticas que transitam por tênues linhas entre controle de natalidade, planejamento familiar e autonomia reprodutiva; ou, ainda, pelas experiências acompanhadas por redes de solidariedade feministas – caminho sobre o qual este trabalho se debruça.

As abortistas, como costuma-se referir pejorativamente às mulheres que abortam ou promovem abortos, carregam narrativas múltiplas e singulares que não cabem em discursos universalizantes contrários ou favoráveis ao aborto, organizados em torno de binômios como arrependimento/alívio ou pró-vida/pró-escolha. A complexidade das vivências de aborto e a influência dos marcadores sociais fica evidente no trabalho sobre itinerários abortivos na clandestinidade de Maria Luiza Heilborn, Cristiane Cabral, Elaine Reis Brandão, Livi Faro, Fabíola Cordeiro e Rogério Azize (2012). Segundo as autoras, “ainda que se conviva no Brasil com a ilegalidade do aborto enquanto aspecto jurídico formal, esta prática é cercada por um contexto moral que dilui a ilegalidade social” (HEILBORN *et al*, 2012, p. 1707).

As dezenas de relatos colhidos pelas pesquisadoras no Rio de Janeiro ilustram como, geralmente, em classes médias e altas, “o aborto é realizado de forma mais segura e veloz”, e

acompanhado por uma mudança de percepção que o “desloca da esfera do segredo, atenuando seu caráter de tabu e sendo objeto de discussões intra e interfamiliares”, fator que, somado a um contexto financeiro favorável, “contribui para uma relativa segurança física e conforto psicológico”; e mostram como, paralelamente, “nas classes populares, a narrativa dos casos salienta a rejeição do aborto como princípio, enfatizando-se, contudo a impossibilidade de se ter mais um filho”, por razões geralmente econômicas (HEILBORN *et al*, 2012, p. 1707).

Como descreve Nanda Duarte (2019), cada aborto provocado é uma multiplicidade de experiências, cujo conjunto das narrativas construídas produz uma “implosão polifônica dos sentidos construídos em relação à experiência de abortar”. Em sua pesquisa, Duarte analisa relatos online de usuárias da plataforma *Women On Web* (serviço de telemedicina que facilita o acesso à informação e a medicamentos abortivos ao redor do mundo) e identifica um misto de legitimação, recusa e (re)invenção de discursos e práticas frente às normas que regem a vida reprodutiva e o aborto no contexto brasileiro. Para Duarte (2019, p. 121), as narrativas partilhadas representam “um perigo à ordem não por se oporem efetivamente a ela, mas por confundirem tudo a seu respeito”. Nessas experiências, as partilhas e as práticas de solidariedade desenvolvidas abrem caminhos para a construção de novas subjetividades e revoluções coletivas. Um exemplo dessas possibilidades de revolução coletiva está no surgimento do que chamarei de um *dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto*, sonhado, forjado e vivenciado no interior de movimentos feministas latino-americanos e caribenhos que lutam por justiça reprodutiva.

Inspirada na proposta foucaultiana de uma analítica do poder (FOUCAULT, 2017, p. 90), neste artigo busco situar a emergência desse dispositivo no interior de uma situação estratégica complexa, em que múltiplas relações de poder se codificam para dar lugar ao atual conjunto de narrativas e políticas sobre sexualidade e reprodução. Discuto, aqui, algumas das formas pelas quais o dispositivo do acompanhamento desentram e desafia dispositivos de sexualidade, da maternidade, da racialidade e da colonialidade operados pelo biopoder, no contexto neoliberal. Argumento que esses exemplos nos ajudam a interpretar o contexto mais amplo das lutas contemporâneas e decoloniais por justiça reprodutiva, ao revelarem um conjunto de narrativas que se transformam e são vividas nas variadas experiências de resistência de acompanhantes de aborto, para quem abortar é um ato político e acompanhar, também.

Que dinâmicas de poder permeiam o desenvolvimento de um dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto na América Latina e Caribe, no interior das disputas contemporâneas por *justiça reprodutiva*? Busquei responder essa pergunta a partir de uma etnografia multissituada junto a coletivas de acompanhantes a pessoas em situação de aborto, conduzida entre 2016 e 2021 (BLEIL GALLO, 2021). Em meio a realidades tão diversas quanto as de nosso continente e nossos feminismos, busquei enxergar para além de intencionalidades subjetivas e análises universalizantes. O intuito da pesquisa não foi apresentar um modelo de acompanhamento ao aborto. Mas, sim, reconhecer significados comuns, experiências compartilhadas e – também – pontos de conflito entre sujeitas e sujeites<sup>1</sup> que se reivindicam acompanhantes de aborto e rompem com a posição de reféns ou “cúmplices involuntárias” frente às restrições e à exploração de atravessadores para atuar no que elas nomeiam uma “ética do risco” (GROSSO *et al*, 2014, p. 409).

Como pudemos constatar ao longo da etnografia, há diferenças significativas no perfil das ativistas acompanhantes – inclusive dentro de um mesmo agrupamento. Muitas atuam simultaneamente em espaços estratégicos de diálogo com o poder público; outras já atuaram ali e, contudo, optaram por distanciar-se; algumas nunca vislumbraram na institucionalidade um espaço em disputa; e há, ainda, aquelas que relatam não terem tido contato com quaisquer destes debates políticos ou, sequer, com o ativismo feminista até se somarem ao acompanhamento. Ao observarmos o desenvolvimento de processos de *advocacy* legislativo e de formulação de políticas públicas, também notamos posicionamentos heterogêneos entre as coletivas ou redes de acompanhantes. Cada agrupação coexiste de distintas formas com outras frentes de atuação política. Elas não negam a disputa realizada no âmbito das instituições democráticas, nem necessariamente colocam-se numa posição de superioridade tática – embora existam aquelas com maior ou menor disposição à aproximação ou ao distanciamento da institucionalidade. No geral, as ativistas tampouco revivem históricas polêmicas feministas sobre autonomia e institucionalidade<sup>2</sup>. O acompanhamento pode ser pensado, assim, no sentido dos ativismos latinos contemporâneos descritos por Marlise Matos (2014,

---

<sup>1</sup> Neste texto, adoto o feminino como referencial para a escrita sobre aborto, mas ressalto que, ainda que as experiências de gestação, aborto e maternidade sejam intrínsecas a mulheres e meninas cisgênero, elas não nos são exclusivas, nem universais. Tais experiências dizem, também, respeito a homens transgênero, pessoas transmasculinas e não-binárias, com úteros, que engravidam, gestam, abortam e parem, e a mulheres transgênero que maternam.

<sup>2</sup> No contexto latino-americano e caribenho, o “ideal da autonomia feminista” foi central à agenda dos movimentos de mulheres, a partir dos anos 1970, na busca por ampliar o alcance da luta, sem ceder à “cooptação por atores como partidos políticos, o Estado, as agências de cooperação e até outros movimentos sociais” (ALVAREZ *et al*, 2003, p. 545). Desde então, a noção de autonomia é constantemente ressignificada, de acordo com flutuações políticas e econômicas.

p. 11) como “micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil (...) e por movimentos sociais paralelos”.

## **1. ACOMPANHAMENTO FEMINISTA AO ABORTO: UMA EXPERIÊNCIA DE INVENÇÃO COLETIVA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA**

No final dos anos 1980, brasileiras e farmacêuticos locais descobriram as propriedades abortivas do misoprostol, remédio inicialmente comercializado sob o nome de Cytotec® para o tratamento de úlceras gástricas. A descoberta ofereceu uma alternativa relativamente segura para a realização de abortos sem supervisão médica em contextos ilegais e, na década seguinte, espalhou-se pela América Latina até alcançar o hemisfério norte. Em 2005, o uso obstétrico do misoprostol foi oficialmente incluído na seção de saúde reprodutiva da Lista Padrão de Medicamentos Essenciais da OMS. Esse percurso internacional é descrito pela antropóloga italiana Silvia de Zordo (2016) como a biomedicalização global do aborto via uso autoadministrado do misoprostol. Na contramão do fluxo hegemônico, desta vez a biomedicina viajou do sul para o norte global.

*O dispositivo do acompanhamento feminista ao aborto* na América Latina e Caribe forja-se em meio a uma série de novas táticas de promoção do acesso ao aborto, que se desenvolveram a partir da legitimação médico-científica do aborto com medicamentos nos anos 2000. A expansão do acesso à internet e a popularização de smartphones nessa década favoreceram a disseminação da informação sobre o misoprostol. Como narram Debora Diniz e Alberto Madeiro (2012, p. 1796), o nome comercial do Cytotec® “extrapolou o campo biomédico e se incorporou ao universo dos saberes e práticas abortivas das mulheres”. Entretanto, instituições conservadoras agiram simultaneamente para restringir o acesso local à substância, e promoveram um cenário que, ainda hoje, expõe gestantes ao mercado clandestino, aos abusos de traficantes de medicamentos – com violências sexuais, obstétricas e morais – e a procedimentos invasivos, arriscados e/ou ineficazes.

Inicialmente focadas na transmissão de informação, feministas latinas criaram linhas telefônicas e canais de comunicação online para apoiar as gestantes em seu itinerário abortivo, com orientações embasadas e livres de julgamento sobre como abortar de forma segura com medicamentos e como proteger-se em contextos de clandestinidade. Como ressalta a cientista social argentina Raquel Irene Drovetta (2015, p. 50), essas redes surgiram desvinculadas de qualquer instituição formal de saúde e, ao contrário, configuraram-se como “espaços independentes que oferecem informação em

saúde e desafiam as convencionais estruturas biomédicas/clínicas, cujos serviços não são oferecidos por médicos ou homens”.

A *Línea de información Aborto Seguro da Colectiva Salud Mujeres Ecuador* foi a primeira linha telefônica feminista dedicada à partilha de informação segura sobre aborto da América Latina e segue ativa até o momento. Seu lançamento foi em 2008 e contou com o apoio da organização não-governamental holandesa *Women on Waves*. Em sua página virtual, a linha *Salud Mujeres* (2021) se apresenta como “uma coletiva de mulheres jovens feministas de esquerda, que lutamos pelo direito das mulheres ao aborto seguro, gratuito e legal. Acreditamos na ação direta e por isso desde 2008 mantemos a linha de informação sobre aborto seguro com medicamentos, anticoncepção e sexualidade”. Em um ano, mais de mil mulheres de 34 cidades do país já tinham contactado a linha, no universo estimado de 95 mil abortos realizados por ano no Equador (CORDINADORA JUVENIL, 2010, p. 09).

Nos anos seguintes, a *Women on Waves* desempenhou um papel central no desenvolvimento de iniciativas semelhantes pela América do Sul, em articulação com organizações feministas locais da Argentina, Chile, Peru e Venezuela, que deram lugar à *Red de Experiencias Autónomas en Aborto Seguro* (REAAS). Com o apoio financeiro, técnico e midiático da ONG Holandesa, foi lançada, em 28 de maio de 2009, a *Línea Aborto Chile*, inicialmente mantida por um conjunto de organizações feministas chilenas e, posteriormente, encampada pelo *Colectivo Lesbianas y Feministas por el Derecho a la Información* (JIMENEZ, 2014; LÍNEA ABORTO LIBRE, 2018).

Em 30 de julho de 2009, na Argentina, o grupo *Lesbianas y Feministas por la Descriminalización del Aborto* criou a *Línea Aborto: Más información, menos riesgos* (LESBIANAS Y FEMINISTAS, 2010). Já em 27 de maio de 2010, no Peru, veio a público a *Línea Aborto Información Segura, promovida pela Colectiva por la Libre Información para las Mujeres* (CLIM, 2014). E, por fim, em 18 de maio de 2011, a *Red de Información por el Aborto Seguro* (RIAS) foi lançada em Caracas, na Venezuela, pelas feministas chavistas *Faldas en revolución – Feministas en Acción Libre y Directa por el Aborto Seguro*.

Cinco anos depois, em maio de 2016, representantes das linhas da Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai e Venezuela participariam do *First Global Hotlines Meeting* em Bali, na Indonésia, a convite do grupo Samsara, com apoio das organizações internacionais *Women Help Women*, *Ibis Reproductive Health* e *Asia Safe Abortion Partnership*. Também estiveram presentes participantes de linhas

de aborto seguro das Filipinas, Líbano, Índia, Malásia, Nepal, Quênia, Sri Lanka e Tailândia. Na ação em rede das linhas latinas de aborto seguro com medicamentos, constituiu-se a base para aquilo que, ao longo da década seguinte, viria a consolidar-se como um movimento transnacional mais amplo de acompanhantes feministas de aborto.

Apesar da atuação das linhas feministas para democratizar a informação, o acesso ao medicamento representava um obstáculo violento e, não raro, intransponível. Além disso, a campanha promovida por setores da sociedade contra o medicamento (DINIZ & CASTRO, 2011) favorecia o discurso de que as chamadas “clínicas clandestinas” seriam a solução mais segura para realizar um aborto ilegal – às quais era (e ainda costuma ser) extremamente caro aceder. Esse discurso minimizava o fato de que muitas vezes os estabelecimentos sequer fossem clínicos, ou mesmo operados por profissionais especializados. Tampouco questionava as violências sistemáticas a que mulheres eram expostas naquele ambiente, sobretudo aquelas usuárias em maior situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Com o apoio de laboratórios privados e organizações internacionais dedicadas ao planejamento familiar, algumas alianças estratégicas pela ampliação do acesso a medicamentos começaram a ser estabelecidas pela América Latina, com e sem participação governamental (ZURBRIGGEN, 2017). Algumas iniciativas baseavam-se em serviços de telemedicina a partir do Norte Global, que distribuíam os medicamentos abortivos a partir de contato online (JELINSKA & YANOW, 2018), ou mesmo em “fundos de aborto” para custear a viagem de gestantes até locais onde o procedimento fosse legalizado. Entretanto, cada vez mais, as ativistas latinas sentiam necessidade de apropriar-se por completo de seus itinerários abortivos.

### **1.1. Do “acesso à informação” à “ética do risco”**

As pedagogas argentinas Belén Grosso, María Trpin e Ruth Zurbriggen (2014, p. 409) definem o acompanhamento feminista como uma “experiência de invenção coletiva”. As três são integrantes da organização *Socorristas en Red – Feministas que Abortamos* e dedicaram-se a uma cartografia dos itinerários do socorrismo na Argentina. A premissa básica das *Socorristas* diz que abortar é um ato político e acompanhar, também (LAUTERBACH, 2018). Sob essa ótica, as ativistas afirmam que viver a prática abortiva seria uma “imensa micro-decisão” capaz de ressignificar os corpos e a sexualidade a partir do exercício da autonomia reprodutiva.

Conforme narram Grosso, Trpin e Zurbriggen (2014), o surgimento do acompanhamento vem de uma ruptura com a posição de reféns ou “cúmplices involuntárias” frente à exploração de facilitadores ou provedores de aborto. A virada representava a transição de uma ética ambígua para uma ética do risco. A partir de então, o contato com as gestantes deixaria de ser essencialmente anônimo para tornar-se presencial; em vez da indicação de profissionais privados clandestinos, os procedimentos seriam realizados prioritariamente em casa, na companhia de alguém da confiança da gestante; as orientações e o atendimento já não dependeriam de profissionais de saúde, mas do acompanhamento de mulheres reunidas numa rede de solidariedade feminista.

O movimento das *Socorristas en Red* foi lançado oficialmente em 2012, motivado, segundo as ativistas, pela raiva e impotência que sentiam diante de episódios de sofrimento provocados pela clandestinização do aborto na Argentina. Para as Socorristas, oferecer informação sobre aborto com medicamentos tornara-se insuficiente; e somar-se à *Campaña por El Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito* já não bastava. De acordo com Grosso, Trpin e Zurbriggen (2014, p. 403), a questão que se impunha era “como fazer para converter esse tormento numa ação política que transformasse este cenário de maus-tratos e constituísse um território com outras opções para as mulheres que o requeressem?”). No dispositivo do acompanhamento, as socorristas encontraram a resposta: “talvez aquelas que nos comprometemos com o serviço tentemos agir e ativar inspiradas por certa amorosidade, que clama por escutar as múltiplas texturas das peles que abortam e nos exortam a insistir na justeza da reivindicação: aborto legal, seguro e gratuito” (*Ibidem*, p. 439).

## 1.2. A construção de um movimento regional

Por toda América Latina e Caribe, observamos uma articulação potente entre as acompanhantes dos vários territórios. Um dos primeiros registros sobre esse modo de atuação remonta a uma formação de acompanhantes em aborto realizada em 2010, pelo grupo mexicano *Fondo MARÍA – Fondo de Aborto para la Justicia Social MARÍA (Mujeres, Aborto, Reproducción, Información y Acompañamiento)*. O Fundo havia sido lançado em 28 de maio de 2009, após a legalização do aborto até a 12ª semana na Cidade do México, com o intuito de oferecer “apoio financeiro, emocional e logístico a mulheres que não contam com recursos suficientes para poder acessar os serviços disponíveis” – que até então eram restritos à capital mexicana (FONDO MARÍA, 2021). O *Fondo MARÍA* introduz a noção de acompanhamento como ferramenta de empoderamento – pensando o poder não como forma de dominação, mas como “incremento das capacidades, da formação, de

informação e do exercício de direitos como cidadãs” (ORTIZ, 2017, p. 36). Segundo o grupo, o empoderamento é mútuo: “ambas crescem em conhecimentos e experiências, o que se traduz em segurança e capacidade de ação futura. O exercício do direito de decidir da mulher acompanhada reassegura a mulher que acompanha de sua própria autodeterminação” (ORTIZ, 2017, p. 37).

Também no México, a organização *Las Libres de Guanajuato*, fundada em 2000, passou a dedicar-se à construção de “redes de acompanhamento integral para o acesso de mulheres pobres ao aborto seguro”, para além da documentação e defesa de mulheres criminalizadas por abortar na região (LAS LIBRES, 2012). Como mostra o documentário *Acompañamiento* (2014), as ativistas de Guanajuato desenvolveram um “modelo de acompanhamento” próprio, voltado à desestigmatização do aborto:

Acompanhamento pode incluir ir com a mulher à farmácia para obter pílulas, estar com ela para oferecer apoio emocional quando ela tomar as pílulas, e/ou enviar mensagens de texto e ligar para monitorar o processo e garantir que não haja complicações. Em outras palavras, acompanhar uma mulher em sua decisão de abortar inclui responder a todas as formas pelas quais o aborto é impactado pelo estigma (IPAS, 2014).

Como vimos, o início dos anos 2010 fora marcado, também, pelo surgimento da coletiva argentina *Socorristas em Red*. Assim, é notadamente a partir dessa época que as referências feministas ao acompanhamento de aborto começaram a multiplicar-se. Uma dessas referências está na segunda edição do *Manual para el aborto seguro y libre en Bolivia*, publicada em outubro de 2015 pelo coletivo feminista boliviano *Cuerpa autónoma – Por la vida de las mujeres*. Nele se lê: “o acompanhamento é um ato de rebeldia porque pode fortalecer a solidariedade entre mulheres e romper os tabus, medos e a estigmatização sobre o aborto” (CUERPA AUTÓNOMA, 2015, p.10). Desde 2013, o grupo boliviano mantém a *Línea de información aborto autónomo, libre y seguro*, inspirado nas experiências vizinhas.

No texto boliviano de 2015, o acompanhamento durante o aborto adquire um significado político, mas ainda não é necessariamente vinculado a uma forma de ativismo organizada e sim ao “apoio de outra pessoa de confiança no processo antes, durante ou depois do aborto” (*Ibidem*). Numa rápida busca pelos termos *acompañar* ou *acompañamiento* na página do grupo na rede social *Facebook* (CUERPA AUTÓNOMA, 2013), vemos que mensagens que vinculam o acompanhamento ao ativismo pró-aborto só viriam a ser divulgadas a partir de meados de 2017, em sintonia com outras movimentações regionais.

O Equador, primeiro país a lançar uma linha telefônica sobre aborto com medicamentos na América Latina, foi também um dos primeiros a vivenciar o surgimento oficial de uma rede nacional

de acompanhantes de aborto feministas, após o México e a Argentina. Em 28 de setembro de 2015, foi anunciada a coletiva *Las Comadres – red feminista de acompañamiento a mujeres que deciden abortar*. “O nome é uma alusão àquelas mulheres nas quais você confia, com as quais você pode contar. Sua vizinha, sua companheira, sua igual” (COMADRES, [s.d.]). O processo contou com a participação de algumas ativistas até então organizadas na linha *Salud Mujeres*, mas pretendia avançar não apenas na “despenalização social” do aborto, como na “prevenção da criminalização às mulheres que abortam”.

Em seu site, *Las Comadres* disponibilizam um número telefônico para iniciar o contato antes de agendar um encontro presencial e descrevem sua atuação a partir de três eixos principais: (1) informar as mulheres sobre o aborto com medicamentos e com estratégias de segurança e proteção; (2) facilitar o contato com organizações internacionais que distribuem o medicamento; (3) acompanhar as mulheres ao longo de todo seu processo de aborto (antes, durante e depois). A preocupação com a criminalização era particularmente relevante no Equador, onde, até abril de 2021, só se permitia o aborto em casos de risco à vida ou à saúde da gestante e de gravidez resultante do estupro de mulheres com deficiência mental.

O grupo começou a se articular ainda em 2014, quando o então presidente Rafael Correa, teoricamente identificado com a esquerda equatoriana, reafirmou sua defesa cristã da “vida desde a concepção” e ameaçou renunciar caso o novo código penal ampliasse as possibilidades de aborto terapêutico no país. Com apoio da maioria da *Asamblea Nacional*, Correa barrou a ampliação do direito ao aborto para abranger todas as vítimas de violência sexual no novo *Código Orgánico Integral Penal* (COIP), e manteve as restrições anteriores.

“Nascemos como uma resposta à criminalização, mas também como uma iniciativa que, a partir do feminismo, tenta replicar o que outras já estavam fazendo na região”, explica Veronica Vera, das *Comadres*, em entrevista (BAZÁN, 2021). O movimento fora derrotado na *Asamblea*, mas os meses de intensa articulação pelo direito ao aborto em caso de violência sexual deixaram um importante saldo organizativo entre diversos setores da sociedade. A vitória conservadora, que poderia ter desmobilizado as lutas pró-aborto no Equador, serviu para exacerbar o sentimento de urgência frente à demanda por abortos seguros aqui e agora e uma descrença nas instituições como garantidoras de direitos das mulheres.

Assim como as *Socorristas* argentinas faziam mais adiante, as Comadres decidiram que era hora de arriscar-se. “Havia um pouco de temor em algumas companheiras, inclusive do movimento de mulheres. Mas nós estávamos muito seguras, vínhamos fazendo estudos legais, tínhamos advogada e uma rede de profissionais de saúde que nos acompanhava”, complementa Vera (*Ibidem*). Uma faixa erguida pelas ativistas equatorianas manifestações afora, expressa esse sentimento de urgência e, ao mesmo tempo, autoconfiança: “se o Estado nos ameaça, seguiremos abortando em casa”. O lema, aliás, é encontrado em outras marchas com a presença de acompanhantes, a exemplo das manifestações dos últimos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos (EFLAC), realizados em Montevidéu (2017) e em El Salvador (2023).

Para além das parcerias locais, *Las Comadres* sempre priorizaram o intercâmbio com organizações internacionais e coletivos de outros países. A formação da rede no Equador impulsionou o lançamento de coletivas de acompanhantes em outros países da região. Em 2016, foi criada a rede chilena *Con las amigas y en la casa – Red Lesbofeminista acompañando a mujeres, niñas y otras personas en situación de aborto en Chile*, por iniciativa de um grupo de ativistas até então à frente da *Línea Aborto Libre*. No mesmo ano, as vizinhas colombianas lançaram a rede *Las Parceras – Línea y Red Feminista de Acompañamiento en Aborto* e, em março de 2017, foi a vez de peruanas inaugurarem publicamente a coletiva *Serena Morena – Aborto, Justicia y Oportunidad*.

No Peru, o aborto é proibido em qualquer circunstância, exceto quando há risco à vida da gestante. Entretanto, o misoprostol pode ser adquirido em farmácias locais para o tratamento de úlceras gástricas, onde é distribuído pela farmacêutica Master Farma S.A. sob o nome comercial de Cytofine®. Além disso, presenciamos ainda hoje, nos principais centros urbanos do país, a presença massiva de anúncios de clínicas clandestinas adesivados em postes e calçadas da capital peruana. É recorrente, no país, a exploração comercial e psicológica de mulheres que decidem abortar na ilegalidade e precisam recorrer a estabelecimentos clandestinos, dedicados a lucrar com situação de vulnerabilidade das usuárias.

O lançamento oficial da coletiva *Serena Morena* ocorreu na ocasião do 08 de março de 2017, quando as ativistas peruanas decidiram divulgar um contato de e-mail para iniciar a conversa com mulheres em busca de acompanhamentos, além de realizar atividades e intervenções políticas. Em contraposição aos inúmeros anúncios de clínicas clandestinas de aborto dispostas a “solucionar” atrasos menstruais, integrantes do grupo começaram a colar lambe-lambes com seu contato pelas ruas

de Lima, em março de 2017. Mais adiante, no 28 de setembro do mesmo ano, a coletiva se reuniu por três dias no encontro “Fórum liberado: é aborto que se chama, não atraso menstrual”. Na convocatória, defendiam o acompanhamento ao aborto como forma de enfrentar a violência obstétrica e a criminalização das mulheres, expostas ao “mercado do aborto” e à hipocrisia da sociedade peruana.

Finalmente, a proposta de se formar uma rede latino-americana e caribenha de acompanhantes feministas de aborto surgiu em 2017, gestada em encontros regionais e internacionais com a participação das coletivas de acompanhamento, a exemplo do 14º EFLAC (BLEIL GALLO, 2021). Camisetas, cartazes, manuais de aborto médico, adesivos, sacolas do socorrismo rosa e lenços verdes argentinos coloriam rodas de conversa, oficinas, apresentações de estudos, e barracas de artesanato montadas ao longo das ruas do Paseo Rural del Prado. Em meio a tantas bandeiras e símbolos exibidos pelo Encontro, víamos os dizeres “Aborto con las amigas”, “El amor heterosexual mata más que un aborto con pastillas”, “Las mujeres abortamos y tu mamá también”, “Nos mueve el deseo, Vivas nos queremos – Ni Una Menos”, “Abortamos porque nos tomamos revancha”, “Un aborto acompañado es un aborto seguro” e “Si el gobierno nos amenaza, seguiremos abortando en la casa”.

A programação oficial do 14º EFLAC incluiu diversos espaços autogestionados, permeados por questões de acesso ao aborto seguro, telemedicina, segurança digital, despenalização social, redução de danos, estratégias de advocacy e apoio jurídico, além da crescente necessidade de articulação regional. E foi lá que ocorreu uma reunião decisiva para a articulação de coletivas feministas de acompanhamento ao aborto da região. Sentadas em roda, num gramado, acompanhantes se reencontravam ou se conheciam pela primeira vez. Na conversa, decidiram que dali a um ano ocorreria a 1ª Plenária Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos. Foi em Santiago, no Chile, em 28 de setembro de 2018, que se oficializou o lançamento da *Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos*, mais adiante, em 2021, batizada de *Red Compañera*. “Somos muitas, estamos por todo lado e não temos medo. Nos temos umas às outras. Na América Latina, no Caribe e no mundo todo, aborto livre, legal, seguro, gratuito e feminista”, diz a Declaração Oficial do evento (RED COMPAÑERA, 2018).

Sabemos que a possibilidade de construir redes locais e transnacionais é diretamente impactada pelo acesso a recursos materiais e pelo grau de repressão e estabilidade política de cada país, estado e comunidade. Por isso, nos contextos mais persecutórios da região, essas redes são uma das poucas

chances de obter um aborto seguro. Ainda assim, elas contam com pouco apoio externo (local ou internacional) e têm de gerenciar por conta própria “a logística, tensão emocional, medo e riscos que este tipo de acompanhamento acarreta”, como relata a pesquisadora feminista irlandesa Aisling Walsh (2020, p. 181), a partir da experiência de coletivas em El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

Diante de tantos desafios, tão ou mais importante é o acolhimento mútuo que as acompanhantes se oferecem, em meio à multiplicidade de sentimentos que envolve a experiência do acompanhamento e a “complexidade que é acompanhar outra mulher em sua decisão e concretização do aborto”, como escreve Lauterbach (2017, p. 49). Em outras palavras, o desejo de “nos acompanhar a acompanhar”. Foi a partir do reconhecimento de uma cumplicidade que transcende séculos e fronteiras, que coletivas de toda a região formaram essa rede transnacional de acompanhantes feministas<sup>3</sup>. Em sua primeira declaração política, a *Red Compañera* (2018) define o acompanhamento como seu “modo resistir e gerar políticas amorosas que devolvam o aborto ao lugar do cotidiano, como uma decisão a mais dentre as múltiplas decisões reprodutivas das mulheres”.

## **2. NOSSO CORPO, NOSSO TERRITÓRIO: ABORTO, JUSTIÇA REPRODUTIVA E DECOLONIALIDADE**

Nas palavras de Silliman, Fried, Ross e Gutiérrez (2016, p. 10), a sistematização das histórias de opressão e resistência à supremacia branca sinalizou a transformação de um paradigma que, até então, “via as mulheres de cor principalmente como objetos de controle reprodutivo, para focar em sua agência na determinação de suas vidas reprodutivas”, e evidenciou “o potencial e a capacidade do movimento por justiça reprodutiva e seus múltiplos componentes de produzir novas teorias, novos conhecimentos e novas formas de ativismo”. O arcabouço da justiça reprodutiva tem suas raízes nas contribuições de teóricas e ativistas negras estadunidenses como Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks, Patricia Hill Collins e Kimberle Crenshaw, responsáveis por trazer à tona o caráter interseccional das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade. Essa interseccionalidade está na base do projeto da justiça reprodutiva e sua visão de complementariedade entre a autonomia das sujeitas mulheres e a de suas comunidades.

---

<sup>3</sup> Embora a *Red Compañera* seja, sem dúvidas, a rede de acompanhantes feministas de aborto mais estruturada da região, existem outras iniciativas regionais que articulam coletivas de acompanhamento ao aborto, assim como coletivas de acompanhantes que não integram esta rede.

Ao privilegiar a articulação das experiências comuns ao conjunto de “mulheres de cor”, a proposta teórico-prática da justiça reprodutiva extrapola definitivamente o universo das mulheres negras e ressalta o caráter indissociável entre as lutas antirracistas e anticoloniais. Essa ampliação contribuiu para que o mote fosse incorporado às lutas de cada vez mais movimentos feministas ao redor do mundo, notavelmente a partir dos anos 2010. Ao viajar entre continentes e territórios, o conceito adquire novas nuances e implicações, que impactam na forma como teoria, movimento, prática e estratégia são vividas. É o que ocorre quando feministas latino-americanas e caribenhas da atualidade adotam, e adaptam, este paradigma à nossa realidade.

## **2.1. Feminismos decoloniais de Abya Yala**

O pensamento feminista decolonial antirracista latino-americano e caribenho, ou de Abya Yala, é resultado das lutas e reflexões travadas a partir das experiências concretas de vida e resistência de povos e territórios historicamente colonizados, e das elaborações construídas com o legado de outros saberes feministas contra hegemônicos ao redor do mundo. Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal e Karina Ochoa Muñoz (2014) afirmam que o projeto decolonial feminista radicaliza a crítica contrária ao conceito universalizante da mulher ocidental, de forma que fica “impossível reconstituí-la novamente”. Para as autoras (2014, p. 31), o ponto de ruptura irrevogável com o colonialismo ocorre quando o “feminismo, em sua cumplicidade com a aposta decolonial, assume a tarefa de reinterpretação da história na chave da crítica à modernidade, não mais apenas por seu androcentrismo e misoginia – como fez a epistemologia feminista clássica – mas por seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico”. As sujeitas do feminismo decolonial são, portanto, indissociáveis de seus territórios e comunidades historicamente colonizados, racializados e genderizados.

Como Lélia Gonzáles já havia escrito em 1988, a invisibilidade da dimensão racial nas teorias e práticas feministas é reflexo dos processos de dominação e alienação articulados em torno de uma cosmovisão eurocêntrica e neocolonialista. Ao generalizar a opressão das mulheres latino-americanas e caribenhas, o feminismo regional abstrai a natureza multirracial e pluricultural das sociedades e perde força diante de um sistema de dominação que infantiliza e inferioriza mulheres e não-brancos. Por isso, somente a partir de um projeto antirracista e anticolonial seria possível enxergar as sujeitas para além dos processos de expropriação sobre elas exercidos (e por elas vivenciados): em suas resistências, elas escapam à invenção de desumanização do sujeito colonizado moderno.

A base epistemológica das feministas decoloniais se dá no chamado giro de(s)colonial a partir de uma crítica à dimensão da colonialidade de gênero, introduzida pela filósofa feminista argentina María Lugones (2008). Colonialismo, racismo e genderização passam a ser abordados não apenas como fenômenos da modernidade, mas enquanto elementos intrínsecos à sua episteme. Para Lugones, a essência da modernidade colonial estaria na divisão entre humanos (homens e mulheres civilizados) e não humanos (indígenas, africanos escravizados e animais). E, embora converter colonizados(as) em seres humanos não fizesse parte da missão civilizatória cristã, era necessário fragmentá-los a partir da dicotomia moderna de gênero e assim justificar a violência e os abusos contra os povos que “viviam em pecado”. O resultado estaria na categorização de povos colonizados entre machos-não-homens e fêmeas-não-mulheres, sujeitados por um sistema capitalista, racializante e sexista, cuja “presença invasiva os subjuga brutalmente, de forma sedutora, arrogante, incomunicante e poderosa, deixando pouco espaço para ajustes que preservem seus próprios sentidos de si mesmos na comunidade e no mundo” (LUGONES, 2014, p. 942).

Para romper com a colonialidade de gênero, Lugones (2014, p. 942) propõe observar o lócus fraturado da diferença colonial. Ou seja, desvendar as resistências dos povos nativos como seres culturais que não cabem na invenção colonial, e que respondem ativamente às invasões e tentativas de expropriação e desumanização. A proposta epistemológica de Lugones é particularmente potente para (re)pensarmos as lutas pelo direito ao aborto como formas de resistências que ultrapassam a mera reação às opressões vivenciadas e constroem alternativas colaborativas e autoimplicadas, capazes de efetivamente transformar as dinâmicas de poder em nossa sociedade. É sob esta ótica que proponho observar o surgimento do dispositivo acompanhamento feminista ao aborto.

Uma das primeiras expressões de ruptura epistemológica do feminismo decolonial pode ser identificada na adoção da insígnia “nosso corpo, nosso território” por feministas de toda a América Latina e Caribe. A expressão traz uma releitura do lema “nosso corpo nos pertence”, cunhado em 1970 sob o paradigma liberal dos direitos civis, que reivindica as liberdades como propriedades individuais. A partir de uma leitura decolonial sobre direitos e justiça social, feministas latino-americanas e caribenhas propõem uma ressignificação do corpo como propriedade para o corpo como território.

Como escreve Camurça (2012), o deslocamento do corpo-sujeito (diagrama liberal) para o corpo-território permite, àquelas que recorrem à sua gramática, entender processos de expropriação

de territórios populacionais como diretamente relacionados às opressões de gênero, e assim “afastar o poder do direito patriarcal e a ingerência das autoridades religiosas que, em nome da fé ou da lei, criminalizam as mulheres pela prática do aborto”. Nesse diagrama, o corpo revela-se mais que “um ‘meio’ ou um instrumento a serviço da reprodução biológica da vida humana”: ele simboliza a própria existência das mulheres e nesta(s) existência(s) adquire seu valor. É da soberania sobre o nosso corpo, nosso primeiro território, que as pessoas que abortam se tornam sujeitas de si mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do liberalismo individualizante da tradicional abordagem pró-escolha (*pro-choice*), no acompanhamento, a autonomia decisória é apresentada como algo indissociável do reconhecimento e enfrentamento das desigualdades sociais atravessadas por marcadores racistas, elitistas, capacitistas e coloniais, que influenciam qualquer tomada de decisão. As acompanhantes combinam a defesa da saúde e dos direitos reprodutivos à luta por justiça social, união que sintetiza o conceito de justiça reprodutiva, a partir da prerrogativa básica da autodeterminação, tal qual proposto por uma coalizão de negras, latinas, indígenas e asiáticas nos Estados Unidos (ROSS *et al*, 2017). De formas diversas e, no entanto, comuns, estas redes de solidariedade organizam-se coletivamente para a troca de informações sobre os modos de se fazer e de se acessar abortos, e para a criação e o compartilhamento de estratégias de segurança e proteção.

Para as acompanhantes, trata-se sobretudo de construir saberes coletivamente, (re)inventar repertórios, e ressignificar as narrativas em torno do direito ao aborto, como algo inegociável. Como ressaltam Gloria Careaga, Mário Pecheny e Sonia Correa (2019, p. 105), o que as une é o compartilhamento de “um forte compromisso com a autonomia das mulheres, não apenas em relação à decisão pessoal de abortar, mas também sobre como interagir com o Estado”. As redes de acompanhantes são autônomas e desvinculadas de qualquer instituição de saúde – sua prática questiona o caráter opressor do regime biomédico, como parte de uma estrutura racista e heteropatriarcal (DROVETTA, 2015, p. 53).

Diante das demandas por abortos seguros aqui e agora, a luta pela descriminalização ou legalização da interrupção voluntária da gravidez perde a centralidade – mas não seu lugar. As acompanhantes demandam a garantia de (e buscam oferecer) condições práticas para realizá-la de forma humanizada e segura, autônoma e amparada, num ambiente livre de preconceitos. Nas palavras de Marcelle Souza, ao observar uma manifestação pró-aborto das *Socorristas em Red*, “não era só uma

demanda por aborto legal, mas uma afirmação de que ele já existe e que todos os dias elas vivenciavam o exercício de autonomia de outras mulheres” (2021, p. 73).

No dispositivo do acompanhamento, a defesa da legalização do aborto e da descriminalização das mulheres adquire um significado que ultrapassa a lógica da redução de danos ou a busca por conquistas legais (“aborto legal e raro”, “aborto legal para não morrer”) e promove o direito de decisão das mulheres como caminho para a autodeterminação reprodutiva. Para Veronica Vera, da coletiva equatoriana *Las Comadres*, o acompanhamento feminista é mais que uma aposta momentânea, condicionada à clandestinidade do aborto: “seguiremos existindo (...), inclusive quando o aborto estiver na lei e for descriminalizado, porque isso nos permite partir de outros lugares e deste cuidado que só podemos dar entre acompanhantes e a partir dos feminismos” (RMSLAC, 2020: 01h12).

Inspiradas pelas feministas decoloniais, buscamos na vivência do *locus* fraturado da diferença colonial, e na criatividade do encontro opressão-resistência, por possibilidades de subversão dos sistemas de poderes que nos atravessam. Como escreve Lugones (2014, p. 949), “não se resiste sozinha à colonialidade do gênero. Resiste-se a ela desde dentro, de uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada e que pode compreender os atos de alguém, permitindo assim o reconhecimento. Comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer”. Por isso, quando o *dispositivo do acompanhamento* converte o ato de acompanhar um aborto na clandestinidade numa prática e num projeto político comuns, podemos dizer que algo se movimenta no *locus* fraturado da opressão-resistência. No entroncamento do assujeitamento biopolítico neoliberal com o ser-sendo decolonial, forjamos processos de insurreição e resistência na produção de si e das outras que (re)inventam modos de existência nossos.

## REFERÊNCIAS

ACOMPAÑAMIENTO. Direção: Gustavo Montaña. Apoio: Ipas México e Centro Las Libres de Información en Salud Sexual Región Centro AC. México: Dusk Media, 2014 (Vídeo, 27 minutos). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fVq6e7RCZiY>. Acesso em 30 de abr. de 2024.

ALVAREZ, Sonia *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 11, número 2, pp.541-575, julho-dezembro de 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200013>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, Campinas, n. 43, pp.13-56, dezembro, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

BAZÁN, Cristina. Las Comadres, acompañar un aborto en tiempos de penalización. Guayaquil: efeminista, **Agencia EFE**, 03 febrero, 2021. Disponível em: <https://efeminista.com/acompanamiento-aborto-penalizacion/>. Acesso em: 20 de abr. de 2024.

BLEIL GALLO, Mel. **Acompanhamento feminista ao aborto na América Latina e Caribe: justiça reprodutiva e resistência decolonial à biopolítica**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais), UFABC, 2021. Disponível em: [http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo\\_sophia=123319](http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=123319). Acesso em 01 de ago. de 2024.

CAMURÇA, Silvia M. S. Nosso corpo, nosso primeiro território! **Jornal Fêmea**, Brasília, número 172, janeiro-junho de 2012.

CAREAGA, Gloria; PECHENY, Mário; CORREA, Sonia. Sexuality in Latin America: Politics at a Crossroad *In*: CORREA Sonia; PARKER Richard (ed.). **SexPolitics: Trends & Tensions in the 21st Century – Contextual Undercurrents**. Vol 2. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch, pp. 93-117, abril 2019.

COMADRES, Las. **Las Comadres – red de acompañamiento en aborto**. Website. Ecuador: Início, [s.d.]. Disponível em: <https://lascomadresecuador.wordpress.com> . Acesso em: 20 de ago. de 2024.

COORDINADORA JUVENIL por la Equidad de Género. **Yo también decidí abortar**. Edición: Sara Larrea Izaguirre. Quito, Ecuador: Indymedia Ecuador, 2010.

CUERPA AUTÓNOMA – Por la vida de las mujeres. **Por la vida de las mujeres** | *Facebook* (Website), 19 de dezembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Manual para el aborto seguro y libre en Bolivia**. Segunda edición. La Paz, octubre 2015.

DE ZORDO, Silvia. The biomedicalisation of illegal abortion: the double life of misoprostol in Brazil. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, volume 23, número 1, pp.19-35, Janeiro-Março 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000100003>. Acesso em 04 de mai. de 2024.

DINIZ, Debora; CASTRO, Rosana. O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(1), pp.94-102, jan, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v27n1/10.pdf>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

DROVET\*TA, Raquel Irene. Safe abortion information hotlines: An effective strategy for increasing women’s access to safe abortions in Latin America, **Reproductive Health Matters**, 23:45, pp.47-57, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2015.06.004>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

DUARTE, Nanda Isele Gallas. **O dispositivo da maternidade em tensão**: a polifonia das narrativas sobre aborto provocado em uma comunidade online. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2019.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; CORREAL Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (ed.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

FONDO MARÍA – Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA (Mujeres, Aborto, Reproducción, Información y Acompañamiento). **¿Qué es Fondo MARIA?** (Website). CDMX, c2021. Disponível em: <https://www.fondomaria.org/paginas/que-es-fondo-maria>. Acesso em 01 de mai. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: A Vontade de Saber [*Histoire de la sexualité, vol.1 : La volonté de savoir, 1976*]. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4a Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, [1976] 2017.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, Santiago, v.9, 1988. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.... Coletânea organizado pela União de Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

HEILBORN Maria Luiza; CABRAL Cristiane; BRANDÃO, Elaine Reis; FARO, Livi; CORDEIRO, Fabíola; AZIZE, Rogério Lopes. Itinerários abortivos em contextos de clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(7):1699-1708, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000700008>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

IPAS – International Pregnancy Advisory Services. **Film highlights Mexican organization Las Libres's unique model for supporting women during medical abortion**. News (website), Wednesday, August 20, 2014. Disponível em: <https://www.ipas.org/news/film-highlights-mexican-organization-las-libres-unique-model-for-supporting-women-during-medical-abortion/>. Acesso em 01 de mai. de 2024.

JELINSKA, Kinga; YANOW, Susan. Putting abortion pills into women's hands: realizing the full potential of medical abortion. **Contraception**, Volume 97, Issue 2, pp.86-89, February 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.contraception.2017.05.019>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

JIMÉNEZ, Bernardita García. Aló aborto: la línea telefónica que enseña a usar el Misoprostol. Noticias, País, **El Mostrador**. Chile, 12 agosto, 2014. Disponível em: <https://www.elmostrador.cl/noticias/pais/2014/08/12/alo-aborto-la-linea-telefonica-que-enseña-a-usar-el-misoprostol/>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

LAS LIBRES, Centro. **Las Libres Boletín**: Todos los derechos para todas las mujeres todo el tiempo. Boletín No. 5, 2011- 2012, publicado en 2012. Disponível em: <http://www.laslibres.org.mx/wp-content/uploads/2014/02/boletin5.pdf>. Acesso em: 01 de ago. de 2024.

LAUTERBACH, Gabriela. **“Abortar é um ato político. Acompanhar também”**: Redes feministas de acompanhamento às mulheres que abortam. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em

Ciências Sociais), 61p. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/190454>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial [*Toward a decolonial feminism, 2010*]. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, pp.935-952, setembro-dezembro de 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

GROSSO, Belén; TRPIN, María; ZURBRIGGEN, Ruth. La gesta del aborto propio. *In*: BELLUCCI, Mabel. **Historia de una desobediencia: aborto y feminismo**. 1a edição. Buenos Aires: Capital Intelectual, pp.397- 450, 2014.

MARCUS, George E. **Ethnography through Thick and Thin**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. MR20 Teoria Feminista e a Teoria Política: encontros, convergências e desafios, **38o Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: outubro 2014.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde**. 2a edição. Montevideú: 2013. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70914/9789248548437_por.pdf). Acesso em 01 de ago. de 2024.

ORTIZ, Olivia. **Acompañar para empoderar: Guía de apoyo para la formación de acompañantes a mujeres en situación de aborto**. Ciudad de México: Fondo de Aborto para la Justicia Social MARIA, 2017. Disponível em: <http://clacaidigital.info/handle/123456789/613>. Acesso em: 01 de ago. de 2024.

RED COMPAÑERA – Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Aborto. **28 de Septiembre: Primera Declaración de la Red Feminista Latinoamericana y Caribeña de Acompañantes de Abortos**. Santiago de Chile, 28 septiembre 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/conlasamigas/posts/pfbid0dHaNYitr3Eb3QdUhJuDLiMqA98USQtMg1doPpbkocKkxnnCTofiv3P2GfmkDjiZLl>. Acesso em: 01 de jun. de 2024.

ROSS, Loretta J.; DERKAS, Erika; PEOPLES, Whitney; ROBERTS, Lynn; BRIDGEWATER, Pamela (eds.). **Radical reproductive justice: foundation, theory, practice, critique**. New York City: The Feminist Press at CUNY, 2017.

RSMLAC – Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. **Redes de Acompañamiento en América Latina y el Caribe**. Conferencia Magistral, Festival por el Aborto Libre en América Latina y el Caribe (vídeo, 159 minutos), 1 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/rsmlac/videos/1176150346117982>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

SILLIMAN, Jael; FRIED, Marlene Gerber; ROSS, Loretta; GUTIÉRREZ, Elena R. (eds.) (2004). **Undivided rights: Women of color organize for reproductive justice**. 2nd Edition. Chicago: Haymarket Books, 2016.

SOUZA, Marcelle Cristine de. "**No estás sola**": aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina. 2021. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. <https://doi.org/10.11606/T.84.2021.tde-19042022-171145>. Acesso em 01 de ago. de 2024.

WALSH, Aisling. feminist networks facilitating access to misoprostol in Mesoamerica. **feminist review**, issue 124, pp.175–182, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0141778919888070>. Acesso em 29 de abr. de 2024.

**FINANCIAMENTO:** Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** A autora é a única responsável pela produção deste artigo.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** A autora declara não haver conflitos de interesse.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:**

Mestra em Ciências Humanas e Sociais (UFABC, 2021), Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo (UnB, 2011). Pesquisadora dos grupos *Resistências: Memória, Controle Social e Interseccionalidades* e *Gina: Gênero, Raça e Interseccionalidade*.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.